

## A FORMAÇÃO ESCOLAR DAS MULHERES FERROVIÁRIAS EM ALAGOINHAS – BA (1950-1970)

Ludimila Brasileiro Guirra Couto<sup>1</sup>

**Resumo:** *A análise feita neste artigo pretende discutir as nuances da formação escolar da mulher inserida no mundo do trabalho como mão-de-obra ferroviária na cidade de Alagoinhas - BA, no período de 1950 a 1970. Como são múltiplas as possibilidades de análise das questões que se estabeleceram no cotidiano escolar, o que fazemos é uma das possíveis leituras dessa realidade, qual seja: analisar de que forma foi pensada, planejada e organizada a escolarização feminina e a sua conseqüente inserção no mercado de trabalho, através do universo ferroviário.*

**Palavras-chave:** Mulher; Educação; Ferrovia

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, ainda em processo de conclusão, está inserida na linha de pesquisa Educação e Diversidade do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem como objeto de investigação a formação escolar da mulher inserida no mundo do trabalho como mão-de-obra ferroviária na cidade de Alagoinhas - BA, no período de 1950 a 1970. Como são múltiplas as possibilidades de análise das questões que se estabeleceram no cotidiano escolar, o que fazemos é uma das possíveis leituras dessa realidade. Por isso, o que nos interessa é analisar de que forma foi pensada, planejada e organizada a escolarização feminina e a sua conseqüente inserção no mercado de trabalho, através do universo ferroviário.

A análise feita sobre as obras que abordam as temáticas de Gênero, Educação e Trabalho demonstrou que há algumas lacunas a serem preenchidas na historiografia da educação, principalmente, no que diz respeito à escolarização feminina, voltada para o mercado de trabalho na Bahia. O debruçar sobre essa temática justifica-se porque estudar a mulher e as questões que estão intrínsecas ao universo feminino é vasculhar um território passível de muitas descobertas, principalmente porque as mudanças experimentadas através do tempo nas relações cotidianas no espaço escolar e no mundo do trabalho carregam marcas profundas pelo ingresso das mulheres que, mesmo como sujeitos ocultos, fizeram parte da história do ensino profissionalizante baiano.

Na dinâmica do desenvolvimento das relações de produção de uma sociedade, o elemento escolaridade ganha importância fundamental, principalmente dentro do quadro das relações capitalistas. A modernização tecnológica industrial impõe uma demanda de profissionais qualificados e o nível de escolaridade é um aspecto seletivo de grande importância para formação de um quadro funcional competente. Apesar dessa demanda vir, majoritariamente, do setor privado da economia, coube ao Estado fornecer essa qualificação da mão-de-obra, pois, no interesse do desenvolvimento socioeconômico de uma nação, trabalho e educação – como marcos conceituais e práticas sociais – encontram-se imbricados de maneira tal que os destinos de um e de outro se vêem estreitamente vinculados.

O ambiente de trabalho ferroviário foi escolhido nesta pesquisa, por se apresentar como lócus privilegiado para a investigação sobre os processos de inserção da mulher no mercado de

---

<sup>1</sup> Mestranda em educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sara Martha Dick, E-mail: ludiguirra@yahoo.com.br.

trabalho, principalmente, por causa da dimensão da sua atuação nas cidades do interior, desenvolvendo um processo de modernização através da transformação dos hábitos culturais e de costumes de cidades como Alagoinhas, que passam a ter toda sua rotina modificada pelos horários dos trens e pelos horários de trabalho dos ferroviários.

Modificações essas, nos referenciais de espaço que o traçado dos trilhos impõe dentro das cidades, conferindo-lhes uma nova geografia. Por outro lado, a dinamização da economia com as novas oportunidades de trabalho que surgem tanto dentro da própria Estação Ferroviária quanto com as novas oportunidades de emprego indiretas provocadas pela ampliação do setor de prestação de serviços necessários às demandas da Ferrovia, dos seus funcionários e de todo aparato burocrático importante para o seu funcionamento. Como afirma Souza (2003), não é novidade que, quando se pretenda fazer uma discussão sobre as cidades, as transformações urbanas e a modernização no Brasil, sobretudo após a segunda metade do século XX, as ferrovias sejam eleitas, ou mesmo privilegiadas, como enfoque central em inúmeros estudos.

O ambiente de trabalho ferroviário analisado neste trabalho de investigação encontra-se dentro de um processo de modernização conseqüente dos anos de 1940 e 1950, momento que significava desenvolvimento para o país e o surgimento de oportunidades de trabalho em diversos setores da economia. Nesse contexto, o modelo proposto pelo governo Juscelino Kubitschek baseava-se na industrialização e modernização da produção como diretrizes para a prosperidade nacional. No âmbito da política educacional, dos anos 50, predominava a tendência a uma educação que colocava em pauta a ideologia desenvolvimentista em que a escola passava a ocupar-se de cumprir uma tarefa imprescindível: educar a população para a preparação de mão-de-obra qualificada e para a construção de um país moderno.

Nesse contexto, a Bahia tornou-se pólo promissor com a chegada da indústria petrolífera e a instalação de pólos industriais a partir da década de 1950. Como conseqüência dessas mudanças deu-se a ampliação e difusão nacional dos cursos técnico-profissionalizantes do SENAI<sup>2</sup> e SENAC<sup>3</sup>, criados ainda no governo Vargas. Alguns destes cursos eram oferecidos por escolas da rede pública, outros em parceria com as indústrias através da Confederação Nacional das Indústrias. Esse é um momento significativo pela expansão do sistema escolar profissional pelo Brasil, mas a primeira escola de Ensino Profissional foi fundada na capital baiana no ano de 1928, segundo o Decreto Lei n. 2.122 de 06 de Agosto do mesmo ano. Nas demais cidades do interior da Bahia, os cursos técnico-profissionais datam de meados da década de 1950, segundo o Decreto Lei n. 16.447 de 1956, que autorizava o seu funcionamento em todo o Estado (TAVARES, 1985).

A cidade de Alagoinhas é o recorte espacial desta pesquisa e um dos aspectos privilegiados na discussão aqui desenvolvida. A sua escolha como lócus de investigação das relações entre Gênero, Trabalho e Educação se justifica pela forma significativa com que esses três referenciais se desenvolveram e se relacionaram com a chegada da Ferrovia no seu espaço urbano. A história da cidade é muito anterior à chegada das estradas de ferro, mas foi com esse fenômeno que Alagoinhas ganhou um espaço de destaque na História e na Economia da Bahia e do Brasil, fazendo com que surgissem diversas produções científicas a respeito da importância da chegada da Ferrovia. A história da ferrovia nesta cidade começa ainda em meados do século XIX, dentro de um contexto nacional de modernização dos transportes brasileiros, com a implantação das estradas de ferro. Não muito diferente do contexto nacional, a Ferrovia em Alagoinhas foi implantada na perspectiva de modernizar e incrementar a economia da cidade.

---

<sup>2</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

<sup>3</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Para melhor ilustrarmos a importância da Ferrovia para esta cidade utilizamos as idéias de Souza (2003, p. 12):

Alagoinhas ganhou um novo e inusitado ritmo com a implantação da malha ferroviária, passando a ocupar um importante espaço no cenário dos transportes brasileiros, na importação e exportação de produtos e mercadorias. Praças, ruas, escolas, clubes, oficinas, trabalhadores ferroviários, vilas operárias, enfim uma diversidade, novas configurações e personagens urbanas foram ocasionadas pela vinda das estradas de ferro. A ferrovia, conferindo novas marcas e novas impressões urbanas, marcaria profundamente o sentido de Alagoinhas.

Nesse sentido, o período de 1950 a 1970 é um marco histórico de destaque tanto para Alagoinhas quanto para a Ferrovia, dentre outros fatores, principalmente por causa da forma como as mulheres foram incorporadas a esse ambiente de trabalho historicamente masculino, deixando sua marca na história desta cidade. Apesar da posição de destaque que ocupa Alagoinhas do ponto de vista da sua participação na economia do Estado, é no campo da educação que ela se revelou como um lócus privilegiado para a análise da dinâmica das inter-relações entre trabalho, gênero e educação, especificamente no mundo de trabalho ferroviário. A associação entre o papel de centro econômico e de pólo educacional da região é o que tornou a escolha desta cidade bastante justificada para a consecução dos objetivos desta pesquisa.

Justificada a escolha da cidade de Alagoinhas como recorte espacial para análise dessa pesquisa, é necessário ainda esclarecer que nem todas as ferroviárias ali nasceram, a maioria delas viveu, estudou e começou a trabalhar em cidades próximas, como Aramarí, Senhor do Bonfim e Serrinha. No entanto, as ferroviárias acabaram sendo transferidas para Alagoinhas no momento em que a Ferrovia entra em crise financeira, o que provocou um processo de privatização, demissões e transferência de funcionários. Esta cidade, por ser um pólo econômico importante para esse período, acabou convergindo tanto a estrutura administrativa ferroviária quanto o seu corpo de funcionários. Fator que levou as ferroviárias a mudarem de cidade, começarem uma nova vida e a experimentarem novas experiências de trabalho e escolarização, além de trazerem consigo suas histórias de vida e deixarem sua marca na História da Ferrovia da cidade de Alagoinhas.

## **O CONTEXTO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DAS FERROVIÁRIAS**

A História Oral foi o recurso metodológico privilegiado na consecução dos objetivos desta pesquisa, no entanto para que não incorrêssemos em erros ou distorções a respeito da realidade educacional daquela época, achamos imprescindível a utilização das fontes primárias e secundárias que abordam a realidade educacional das décadas de 1950, 1960 e 1970. Principalmente por se tratar de uma pesquisa histórica cuja intenção é dar conta do contexto político-educacional do qual as mulheres ferroviárias de Alagoinhas fizeram parte. Após analisar as experiências individuais e traçar o perfil escolar de cada uma, através da análise das entrevistas, percebemos o quão importante foi trazer algumas informações a respeito da legislação e realidade educacional desse período.

Foram cinco entrevistadas com três perfis escolares bem específicos. O primeiro perfil foi definido a partir da análise do depoimento das duas primeiras ferroviárias entrevistadas. Ambas entraram na ferrovia em épocas e cidades diferentes, mas com perfis escolares parecidos: com o

ensino primário incompleto, mas depois concluíram os estudos com o curso supletivo, conhecido na época como madureza e atualmente aceleração ou educação de jovens e adultos. O segundo perfil é de uma ferroviária com o curso primário incompleto e que não teve oportunidade de concluir os estudos. O último perfil partiu da análise da vida escolar das duas últimas ferroviárias entrevistadas, e este se diferencia dos demais por dois motivos: por serem mais novas e estudado em fins da década de 1960, tiveram outras experiências de escolarização e por terem entrado na ferrovia com o segundo grau completo, através do ensino técnico de Administração e Secretariado, cursado em escolas estaduais ligadas ao SENAC.

Os perfis escolares foram baseados na análise dos depoimentos das ferroviárias, nesse sentido, os aspectos que mais se destacam das suas experiências escolares foram os que pudemos retirar das entrevistas. Baseados nesses perfis, dois aspectos foram analisados: o primeiro, a legislação educacional dos respectivos ensinos primário, supletivo e técnico-profissional secundário, e o segundo aspecto, o contexto escolar da época – fins da década de 1940 a início da década de 1970 – e da região em que estudaram.

O ensino primário foi promulgado no Brasil em 1946 sob o decreto-lei nº 8.529, consequência das reformas na legislação educacional pós o governo Vargas, exatamente no momento de redemocratização política pela qual passava o país. O ensino primário regular era dirigido às crianças de sete a doze anos e estruturado em primário fundamental, com um primário elementar com duração de quatro anos e o primário complementar com duração de um ano. Essa legislação foi responsável também pela criação do ensino primário supletivo, dirigido aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade escolar adequada.

Todos os níveis de ensino foram organizados em sete Leis Orgânicas, ainda no governo Vargas. No entanto, só a partir de 1945 foram asseguradas diretrizes curriculares nacionais ao ensino primário, o que não foi o suficiente para levar aos jovens e crianças um ensino de qualidade. Situação que se torna ainda pior nas cidades do interior do nordeste brasileiro - nas quais estudaram as mulheres ferroviárias – em que a falta de assistência a esse nível de ensino foi o motivo pelo qual tornou o processo de escolarização, desses sujeitos, mais conturbado. A esse respeito Romanelli (2001, p. 160) tem a acrescentar:

Acontecia, porém, que a ausência de diretrizes centrais criava uma desorganização completa no sistema, já que cada Estado inovava ou abandonava de acordo com sua própria política. Várias reformas do ensino feitas pelos Estados haviam atingindo em cheio a escola primária, desde a década de 1920. Mas, eram reformas isoladas que contribuíam para acentuar mais ainda as diferenças regionais em matéria de educação.

Segundo as informações retiradas de Tavares (1985), o ensino primário na Bahia foi instituído a partir do decreto-lei n. 130 de 14 de dezembro de 1948, o texto da lei dispõe sobre a criação de ginásios oficiais e subvenção de outras existentes no interior do Estado. Sob esse aspecto ainda há que se acrescentar que em 1958 o decreto n. 17.020 de 10 de março, elevou à categoria de Colégio os ginásios do interior no Estado da Bahia, dando assim oportunidade para a inclusão das 5ª e 8ª séries ao ensino primário, possibilitando com isso a conclusão deste nível de ensino aos jovens que viviam nas cidades menores e por isso só podiam cursar até a 4ª série primária, situação pela qual passaram as três primeiras ferroviárias entrevistadas.

Quanto a essa questão devemos ainda destacar que a existência de escolas primárias sempre foi recorrente nas cidades do interior do Brasil, principalmente por causa da mobilização das professoras leigas - com força de vontade e poucos recursos - em organizar pequenas salas de

aulas nos lugares mais distantes. O que estamos destacando é que as legislações nacionais da educação estão servindo para ilustrar que o descaso do governo federal com esse nível de ensino esteve indireta ou diretamente ligado às experiências escolares da vida dos sujeitos aqui analisados. O que estamos querendo destacar também é que essas leis surgiram num momento de demanda nacional por formação de mão-de-obra qualificada e, se a população brasileira até esse momento da história era de maioria de analfabetos, era preciso antes de qualificar os trabalhadores, alfabetizá-los.

Nesse sentido, o ensino primário supletivo foi instituído sob o mesmo decreto que criou o ensino regular em 1946, segundo as diretrizes nacionais. No entanto, diferente do ensino primário regular, este surge no intuito de diminuir a taxa de analfabetismo entre a PEA<sup>4</sup>. Mas, as aulas só passaram a funcionar efetivamente em 1947, isso no que diz respeito às principais capitais do país, pois nas cidades do interior no nordeste brasileiro, por exemplo, a situação continuou muito difícil para os trabalhadores que queriam concluir os estudos. Por outro lado, a atenção do governo federal, nesse momento, não ocorre somente no sentido de sistematização das leis, há toda uma atenção também com relação aos recursos destinados a esse nível de ensino, considerado por Romanelli (2001) o aspecto positivo da elaboração das diretrizes que nortearam o ensino primário das décadas de 1940 em diante.

No caso das mulheres trabalhadoras, o curso noturno era a única opção de dar continuidade aos estudos e quando se trata das que já atuavam no mercado de trabalho, o retorno à escola acontece na perspectiva de aumentar o nível de escolaridade como forma de manter-se empregada ou melhorar as condições de trabalho e salariais dentro do próprio emprego. Para embasarmos esta afirmação utilizamos a pesquisa de Barros (1985), cuja abordagem define que as mulheres têm mais dificuldades em empregar-se depois dos 30 anos, por isso o retorno à sala de aula é maior entre as mulheres dessa faixa etária - entre as décadas de 1950 e 1980 - do que os homens.

Esse é um aspecto da história da formação escolar feminina que sugere uma maior busca pela conclusão dos estudos, nessa faixa etária, como forma delas manterem-se no mercado formal de trabalho. Situação que pode explicar o motivo pelo qual as ferroviárias que voltaram a estudar após ter-se empregado na Rede Ferroviária o terem feito na perspectiva de melhorar as condições salariais e de trabalho. Nesse caso, os cursos supletivos<sup>5</sup> se apresentavam como a forma mais rápida e mais flexível de se obter um nível maior de escolaridade. No contexto baiano, essa constatação é referendada pelos dados retirados de Barros (1985), nos quais, na faixa etária dos 25-29 anos e 30-59 anos se observa entre as mulheres um aumento relativo da participação na escola nos anos de 1950 a 1980.

Esses foram aspectos que fizeram parte da realidade da formação escolar das três primeiras ferroviárias entrevistadas, o que indica uma correspondência entre o processo de conclusão da escolarização feminina - através dos cursos supletivos - e a permanência das mulheres trabalhadoras, no mercado formal de trabalho. Para as trabalhadoras o ensino supletivo se apresentava como única forma de acesso a melhores postos de trabalho e melhores salários.

Por outro lado, ao longo da História da educação brasileira, a trajetória percorrida pelos alunos até alcançarem o nível secundário caracteriza-se por uma complexidade que impunha ao aluno sem muitos recursos e ansioso por um meio de sustentar-se, um percurso mais curto: o da

---

<sup>4</sup> População Economicamente Ativa

<sup>5</sup> Anteriormente conhecido como “madureza”, o curso supletivo sofreu muitas reformulações até encontrar-se no formato atual, foi instituído na República e tendo Benjamin Constant como o Ministro da Educação, Correios e Telégrafos durante o curto tempo em que tal cargo existiu, instituiu, antes mesmo da promulgação da nova constituição, a obrigatoriedade de se realizarem exames de madureza para receber um certificado equivalente à conclusão do curso primário ou secundário.

profissionalização. O exame de admissão para o ginásio era uma das formas de distinção entre os alunos que iriam conseguir formar-se no ensino secundário e os que iriam formar-se no profissional. Este “desencorajamento” colocado pelo próprio sistema de ensino da era Vargas, provocava uma grande evasão escolar, pois os jovens das classes populares não conseguiam por inúmeros motivos permanecer na escola e, se por acaso, escapassem da evasão, seu caminho por regra era passar do nível fundamental aos diversos cursos profissionalizantes, encerrando assim os seus estudos.

A definição do terceiro perfil partiu das questões analisadas acima e, baseado na experiência escolar das duas últimas ferroviárias entrevistadas, porém, antes de fazermos uma abordagem específica sobre suas experiências iremos contextualizar a realidade escolar em que viveram.

A análise feita sobre as obras que abordam a História da educação no Brasil permitiu perceber que havia uma nítida divisão dentro do panorama educacional entre aqueles que seriam educados para tomar decisões sobre os rumos da nação e os que iriam construí-la com seu trabalho. Como visto anteriormente, o sistema público de ensino secundário, durante muito tempo, esteve mais acessível às classes mais favorecidas. A própria dualidade em que se constituiu este sistema escolar, demonstrou para que funcionava: produzir e reproduzir a força de trabalho, reiterando as hierarquias de gênero, classe e raça no sistema produtivo, como forma de garantir os devidos lugares sociais aos indivíduos que se formavam pela educação formal. Esta última questão é uma situação da qual não podemos deixar de enfatizar, pois como afirma Romanelli (2001, p. 167-168):

A primeira coisa que precisa ser definida, para melhor compreensão de todo o problema do dualismo educacional, é a posição das camadas sociais em face da educação. [...] As camadas médias e superiores procuravam, sobretudo, o ensino secundário e superior como meio de acrescentar prestígio a um status adquirido ou, ainda, como meio de adquirir status. A expansão do ensino médio, mais acentuada no ramo secundário, demonstrou que foram aquelas camadas as mais atingidas pelo sistema educacional [...] Por outro lado, as camadas populares passaram a procurar mais as escolas primárias e as escolas profissionais.

O outro aspecto dessa questão é que um dos motivos determinantes para a opção pela formação técnica por parte das moças das camadas baixas, que conseguiam concluir o ensino primário é que “[...] não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares estavam desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas”. LOURO (2000, p. 445). Por outro lado, as Escolas Normais acabavam, na maioria das vezes, “reservadas” às moças das camadas mais privilegiadas, pois estas instituições estavam incluídas, em sua maioria, no sistema privado de ensino e, se dissemos que o sistema público de ensino profissionalizante estava destinado aos filhos das classes populares, isso incluía as filhas também.

As idéias de Ghiraldelli Júnior (1990), a respeito dessa questão, serviram nessa abordagem para referendar que, se o sistema de ensino profissionalizante instituído pela Reforma Capanema compôs-se de quatro modalidades: Industrial, Comercial, Agrícola e Normal, esta última modalidade serviu mais à parcela de famílias das classes médias que buscavam mais aprimorar a educação de suas filhas do que uma preocupação específica com o futuro profissional.

A partir da análise dos principais aspectos da formação profissional feminina, do período em questão, pudemos perceber que esta se encaixou num contexto baiano de desenvolvimento industrial, que implicou no crescimento de sua economia e na expansão do sistema de ensino técnico-profissional. Por esse motivo, a educação, como um serviço necessário na formação e qualificação da força de trabalho de uma nação, se expandiu na perspectiva de ampliação da oferta de cursos técnico-profissionalizantes e atender a demanda de profissionais qualificados por qual passava o país da década de 1950 em diante. No processo de implantação desses cursos há um aspecto marcadamente de gênero na dinâmica de formação escolar-profissional dos trabalhadores brasileiros, principalmente no que diz respeito ao direcionamento desses cursos ao público e no que diz respeito à incorporação dos seus formandos ao mercado de trabalho.

No intuito de formar uma mão-de-obra qualificada na Bahia, é criada, ainda na década de 1920, a primeira escola profissional, no entanto, com relação ao público a que se destinava essa escola trouxemos informações retiradas de Tavares (1985): os cursos profissionais criados na Bahia, sob o Decreto Lei 2.122 de 06 de Agosto de 1928, eram destinados à educação agrícola e industrial de alunos do sexo masculino. O texto dessa lei já deixa claro que desde os primórdios da implantação do ensino profissional a questão de gênero está intrínseca, ou seja, é ela que demarca quem serão os futuros profissionais formados por essas instituições no Brasil, quais funções desempenharão na sociedade e no mercado de trabalho, qual salário receberá e em qual status se encaixará por isso.

Sobre essa questão, o SENAI e o SENAC foram criados respectivamente segundo o decreto-lei n. 4.048 de 22 de janeiro de 1942 e o decreto-lei n.8.621 de 10 de janeiro de 1946, com o objetivo de atender a demanda da Indústria e do Comércio por profissionais qualificados. Depois de instituídos esses cursos, logo fica claro que o primeiro estava destinado, exclusivamente, à qualificação de profissionais do sexo masculino e o segundo também às profissionais do sexo feminino.

A literatura que aborda Educação, Gênero e Trabalho afirma que é a partir da década de 1950 quando se nota uma maior demanda por parte das próprias mulheres em qualificar-se para incorporarem-se de melhor maneira ao mercado de trabalho. Dessa forma, na dinâmica da formação das relações de trabalho no Brasil, desse período, nos setores secundários e terciários da economia foram sendo delimitadas que a incorporação no mercado de trabalho seria, respectivamente, a força de trabalho masculina e a força de trabalho feminina. Dessa maneira, os cursos do SENAC acabavam tornando-se a única oportunidade das moças vindas das camadas baixas de se profissionalizarem, pois para as moças das camadas médias e altas, havia as Escolas Normais e os cursos superiores, este último em menor escala.

Na Bahia, a implantação do SENAC ocorreu em 1946 e até 1960 sua atuação limitava-se principalmente à capital, dado que indica que a formação profissional para os cursos técnicos, no interior do estado, ficava sob responsabilidade das escolas de ensino médio e, assim, ampliam-se as oportunidades de formação profissional para as mulheres das cidades do interior como Alagoinhas, Senhor do Bonfim e Serrinha. Pois, até esse momento as únicas possibilidades de profissionalização para as mulheres eram os cursos de datilografia ou, para as que a família tinham mais recursos, os cursos Normais. Assim, os cursos técnicos – orientados sob a legislação do SENAC - de secretariado, administração e contabilidade tornavam-se a única oportunidade de profissionalização feminina.

Nas cidades do interior esse aspecto fica mais nítido, pois no caso estudado - no qual as ferroviárias são provenientes de diversas cidades do interior, próximas a Alagoinhas – o curso de magistério, em sua maioria oferecido por instituição religiosa e de caráter privado, ficava restrito às alunas cuja família tinha condições de pagar os estudos, enquanto que os demais cursos de

nível médio, incluindo o técnico e o supletivo, eram oferecidos nas escolas públicas e eram gratuitos aos estudantes.

As questões abordadas acima fizeram parte do contexto de formação escolar das duas últimas ferroviárias entrevistadas e, mesmo que elas preenchessem as estatísticas nacionais, são as suas experiências individuais que podem ampliar nosso olhar sobre a História da educação na Bahia e no Brasil. Seus perfis se diferem bastante das primeiras ferroviárias e, apesar de ambas terem ingressado na Ferrovia com o segundo grau completo pelo ensino técnico, há particularidades em cada: uma fez o curso técnico de Contabilidade Comercial antes de ingressar na Ferrovia e a outra fez o curso técnico de Administração, no entanto depois que chegou na Ferrovia cursou Secretariado, também de nível médio-técnico.

Por outro lado, o fato de ambas possuíam perfis escolares semelhantes, apesar de advindas de cidades diferentes, está assegurado na teoria de que uma experiência pode fazer parte ou servir de exemplo para análise de contextos mais amplos. Esse exemplo pode servir como justificativa do fato de ambas terem feito o curso de magistério antes dos cursos técnicos. Mesmo tendo sido mais por uma exigência da família do que expectativas pessoais, de alguma forma, estavam fazendo parte de uma situação de demanda sócio-profissional.

Nesse sentido, as diferenças de experiência escolar entre as primeiras ferroviárias e estas últimas, evidenciadas nesta discussão, se devem a um fato importante, além da explicação do contexto social, destacado por Romanelli (2001): as camadas que procuravam estes cursos o faziam somente quando, por suas condições socioeconômicas, podiam permanecer o tempo indispensável à conclusão dos cursos, isto é, se não precisassem trabalhar de imediato.

Mesmo que a legislação do ensino secundário, promulgada no ano de 1942, e a legislação do ensino primário, promulgada no ano de 1946, tenham determinado indiretamente as características da formação escolar das mulheres ferroviárias que trabalharam em Alagoinhas entre as décadas de 1950 e 1970, suas experiências de escolarização, por um lado, são particulares e intransferíveis e, por outro, contribuem para ampliar nossa visão sobre a História de Educação no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem feita neste artigo foi norteada pela seguinte premissa: que a educação só ganha sentido e significado quando é relacionada à sociedade onde se insere que lhe molda as características e determina as suas funções. No contexto dessa pesquisa, a escola se apresenta simultaneamente como instância de formação das identidades sociais e formadora de um quadro funcional necessário ao abastecimento do sistema formal de trabalho da sociedade em questão.

Dessa maneira, a concepção pedagógica de uma instituição de ensino, ao passo que é reflexo de uma ideologia dominante, age como prática social na reprodução de valores dessa mesma sociedade. Alcançar a dimensão global do sistema educacional em que estão inseridos os cursos responsáveis pela formação escolar das ferroviárias, foi de extrema relevância para poder concluir que a educação é responsável, em grande parte, pelo processo de produção da força de trabalho como mercadoria do sistema produtivo de uma sociedade.

Embora a investigação concentre-se numa cidade específica e analise a história de mulheres ferroviárias através de uma amostra bem específica, entendemos que este tipo de abordagem tanto pode dar conta de uma situação que poderia ser comum entre as mulheres trabalhadoras daquela região e daquele período, quanto desvendar uma situação ainda não contemplada pela historiografia baiana.

Com este trabalho de investigação interessa-nos apreender como e em que medida o presente contém, reproduz e rompe com o passado. Decorre disso, contribuir com a História da Educação na Bahia e perceber a importância da educação num momento de mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram nas décadas de 1950, 60 e 70 na perspectiva de entender o seu papel na formação de mulheres trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, D. F. **Análise geográfica de uma cidade média do Estado da Bahia: o caso de Alagoinhas.** UNEB: Salvador, 1979.
- BARROS, M<sup>a</sup> L. R. de. **Escolaridade e Emprego na Bahia (1950-1980).** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 1985.
- CAMELO FILHO, J. V. **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro.** Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP-SP, 2000.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990.
- LANG, A. B. S. G. **História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta.** (Re) introduzindo a História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação - uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Unesp – Contexto, p. 443 – 479, 2000.
- NOGUEIRA, Claudia M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- NUNES, C. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. In: **Teoria e Educação**, p. 151- 182, 1992.
- PENA, M<sup>a</sup> Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- POSSAS, Lídia Maria V. **Mulheres, Trens e Trilhos: modernidade no sertão paulista.** São Paulo, 2001.
- NUNES, C. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M. C; PIMENTEL, M. A. L. (Orgs.). **História e Memória da Escola Nova.** São Paulo: Edições Loyola, p. 9 – 26, 2003.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 25 ed, Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Robério Santos. **A Ferrovia Chega à Cidade**: um estudo da história ferroviária de Alagoinhas. In: Anais do I Seminário de Estudos de Cidades(No Prelo). UNEB/EGBA: UNEB/EGBA, 2003.

TAVARES, L. H. D. (Org.) **Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia** no período republicano 1889-1983. Salvador: Instituto de Estudo e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985.